



Projetos de adaptação ganham espaço inédito no Fundo Clima, mas ainda são uma pequena fatia dos contratos do BNDES, dominados em 2025 pelo financiamento à transição energética

A análise de um volume inédito de empréstimos para aumentar a resiliência à mudança climática em Estados e municípios marcou o ano de 2025 no Fundo Clima, principal mecanismo de financiamento climático do país.



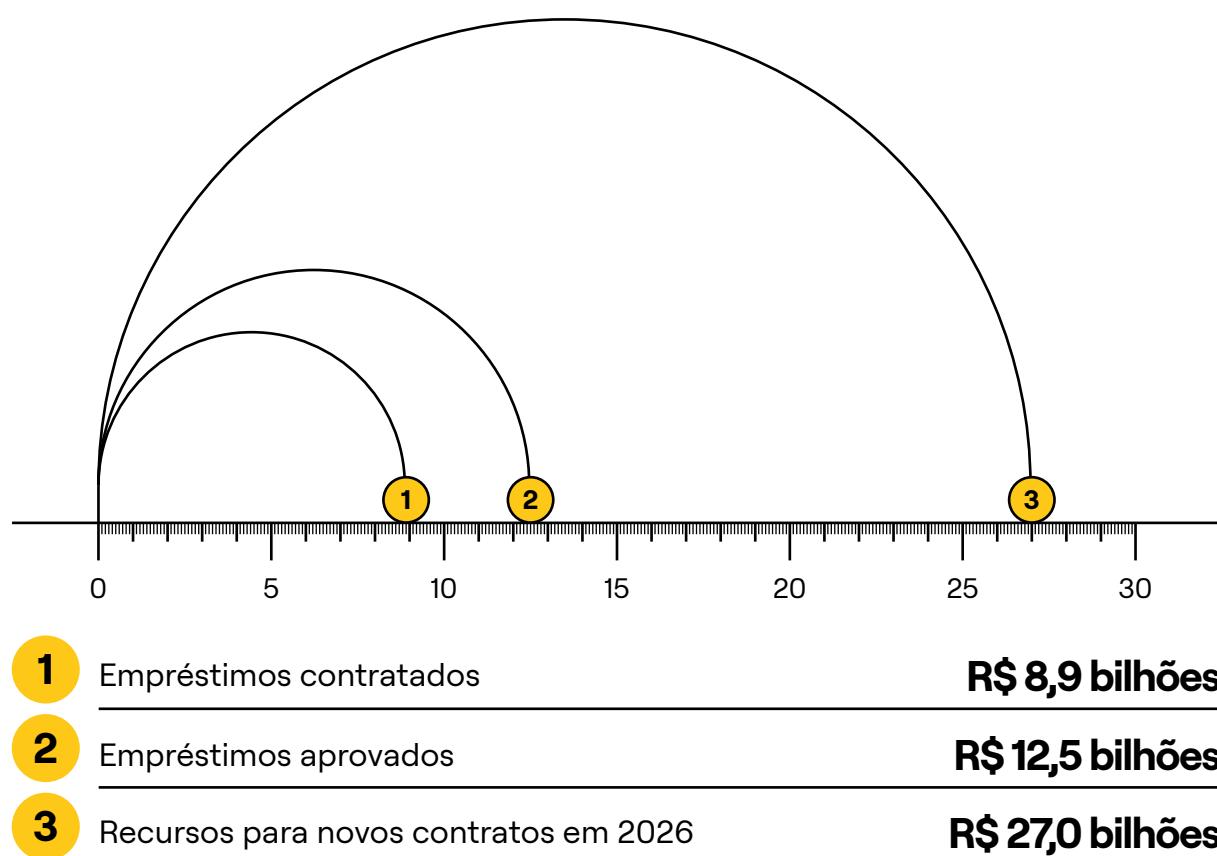
Durante o ano, foram analisadas propostas cuja soma alcançou R\$ 3,5 bilhões, embora uma pequena parcela desse valor (R\$ 291 milhões) tenha sido contratada até o final do ano. Operações de R\$ 1,2 bilhão constam como aprovadas. A aprovação precede a efetiva contratação dos financiamentos.

Em 2025, o Fundo Clima contratou R\$ 8,9 bilhões de empréstimos destinados a reduzir as emissões de gases de efeito estufa ou promover resiliência às mudanças climáticas. Por mais um ano, o finan-

ciamento à transição energética obteve a maior fatia dos recursos: 64%.

No início de fevereiro, o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) divulgou os contratos fechados até dezembro de 2025. Segundo o banco, R\$ 12,5 bilhões em operações de crédito do Fundo Clima foram aprovadas durante o ano, um recorde que deverá ser superado em 2026, quando os empréstimos do BNDES com recursos do Fundo Clima deverão alcançar R\$ 27 bilhões, segundo prevê a Lei Orçamentária Anual.

GRÁFICO 1. QUANTO O FUNDO CLIMA FINANCIOU EM 2025 VIA BNDES



Fonte: Painel Fundo Clima/BNDES



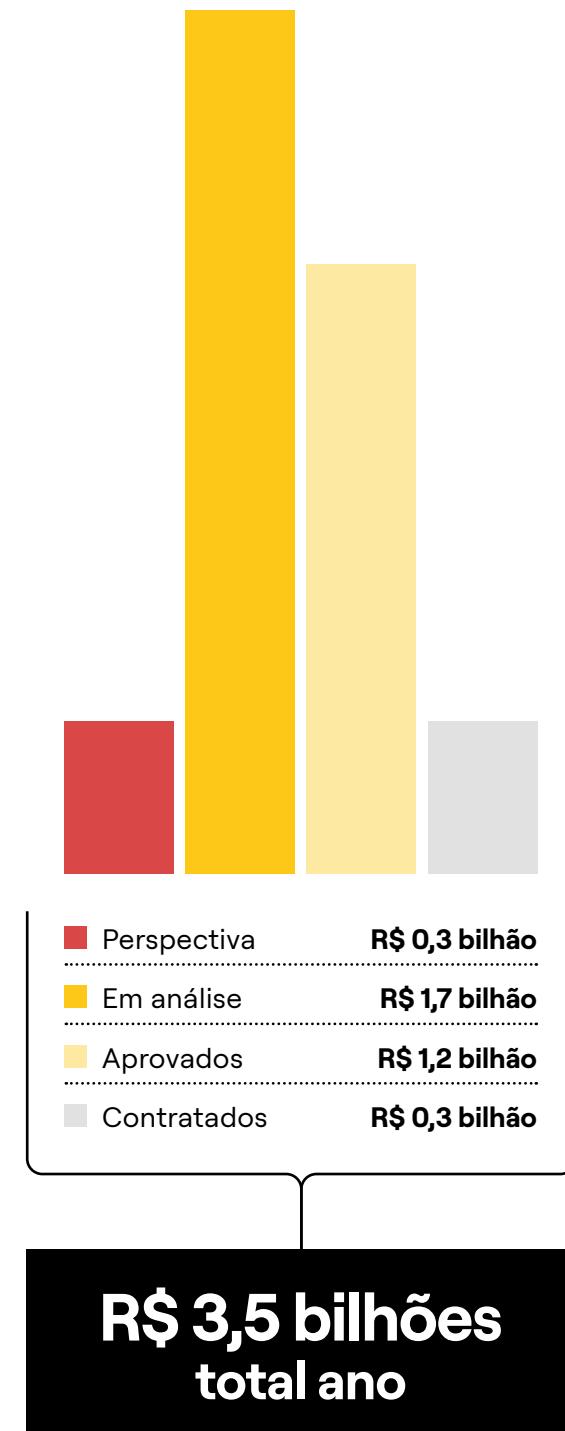
Operações de crédito a Estados e municípios têm um nível maior de transparência entre as operações do Fundo Clima e podem ser conhecidas a partir do momento em que começam a ser analisadas. Já os financiamentos a empresas privadas têm detalhes divulgados pelo BNDES mais de um mês depois do fechamento dos contratos.

O ano de 2025 registrou um avanço importante na análise de pedidos de financiamento de Estados e municípios, dirigidos majoritariamente para adaptação às mudanças climáticas.

Um contrato de R\$ 250 milhões fechado em dezembro com o governo do Ceará foi o maior do ano e supera em mais de três vezes o volume de financiamento para adaptação em 2024. Além desse, também foi contratado o financiamento de R\$ 41,3 milhões ao município de Tangará da Serra (MT), para ampliar a capacidade de captação, tratamento e distribuição de água. A escassez hídrica é um dos impactos mais graves da mudança climática no país

Outras 16 operações de crédito a Estados e municípios constam como aprovadas até dezembro, à espera da efetiva contratação. A maior delas, no valor de R\$ 200 milhões, será para investimentos em adaptação e resiliência climática em Manaus (AM), e faz parte do Programa Cidades Resilientes, um hub para estratégias locais de adaptação à mudança do clima. Outras 9 operações constam como “em análise”, duas dela com o valor de R\$ 350 milhões, para os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, para financiar soluções baseadas na natureza em Belo Horizonte e adaptação no município de Maricá.

GRÁFICO 2. FINANCIAMENTO A ESTADOS E MUNICÍPIOS, COM ÊNFASE EM ADAPTAÇÃO





Um volume de recursos 17 vezes maior do que o contratado com entes públicos para adaptação foi destinado pelo Fundo Clima para financiar a transição energética, tema que dominou a carteira do fundo, com mais de R\$ 5 bilhões de empréstimos via BNDES. A transição energética segue sendo o destaque nos financiamentos do Fundo Clima e, nesse capítulo, destacam-se as usinas fotovoltaicas e eólicas e a produção de biocombustíveis, como etanol de milho, biodiesel e biogás.

Entre os contratos assinados que envolvem uma análise mais detalhada e com maior volume de recursos, classificados como “não automáticos”, a transição energética deteve 65% do valor de empréstimos do Fundo Clima.

Entre essas operações, consta o empréstimo de R\$ 500 milhões para a implantação de 11 usinas fotovoltaicas no município de Arinos (MG), com linha de transmissão. O financiamento concedido à Atlas Renewable Energy foi criticado por organizações da sociedade civil com assento no comitê gestor do Fundo Clima porque a licença ambiental concedida ao empreendimento prevê o desmatamento de 272 hectares de Cerrado.

Esse é o valor mais elevado de empréstimos do Fundo Clima. Apenas 3 contratos celebrados em 2025 atingiram esse limite de R\$ 500 milhões. Os outros dois tratam de plantas eólicas na Bahia e no Rio Grande do Norte.

Apesar de o MapBiomass⁽¹⁾ ter identificado a expansão de usinas fotovoltaicas como vetor de desmatamento no Brasil,

sobretudo nos biomas Cerrado e Caatinga, o Fundo Clima investiu R\$ 1,6 bilhão em usinas fotovoltaicas em contratos fechados em 2025. O desmatamento é a maior fonte de emissão de gases de efeito estufa no Brasil.

Uma parcela grande de recursos foi destinada a financiar projetos variados, classificados no gráfico 3 como “outros”, que consumiu uma parcela equivalente ao dos investimentos em usinas fotovoltaicas. Nesse grupo encontra-se o financiamento de mais uma etapa do desenvolvimento de veículos elétricos de pouso e decolagem e de um mineroduto e um centro de reciclagem da Gerdau, empresa que se destaca como um dos grandes beneficiários do Fundo Clima.

Além de dois empréstimos contratados por entes da federação (Ceará e Tangará da Serra, no Mato Grosso), houve também financiamento caracterizado como adaptação à mudança climática por duas empresas privadas. Uma delas tomou um empréstimo para a construção de cinturão verde e redes de drenagem em aterro sanitário; outra usará recursos do Fundo Clima para revitalizar a área de um parque estadual.

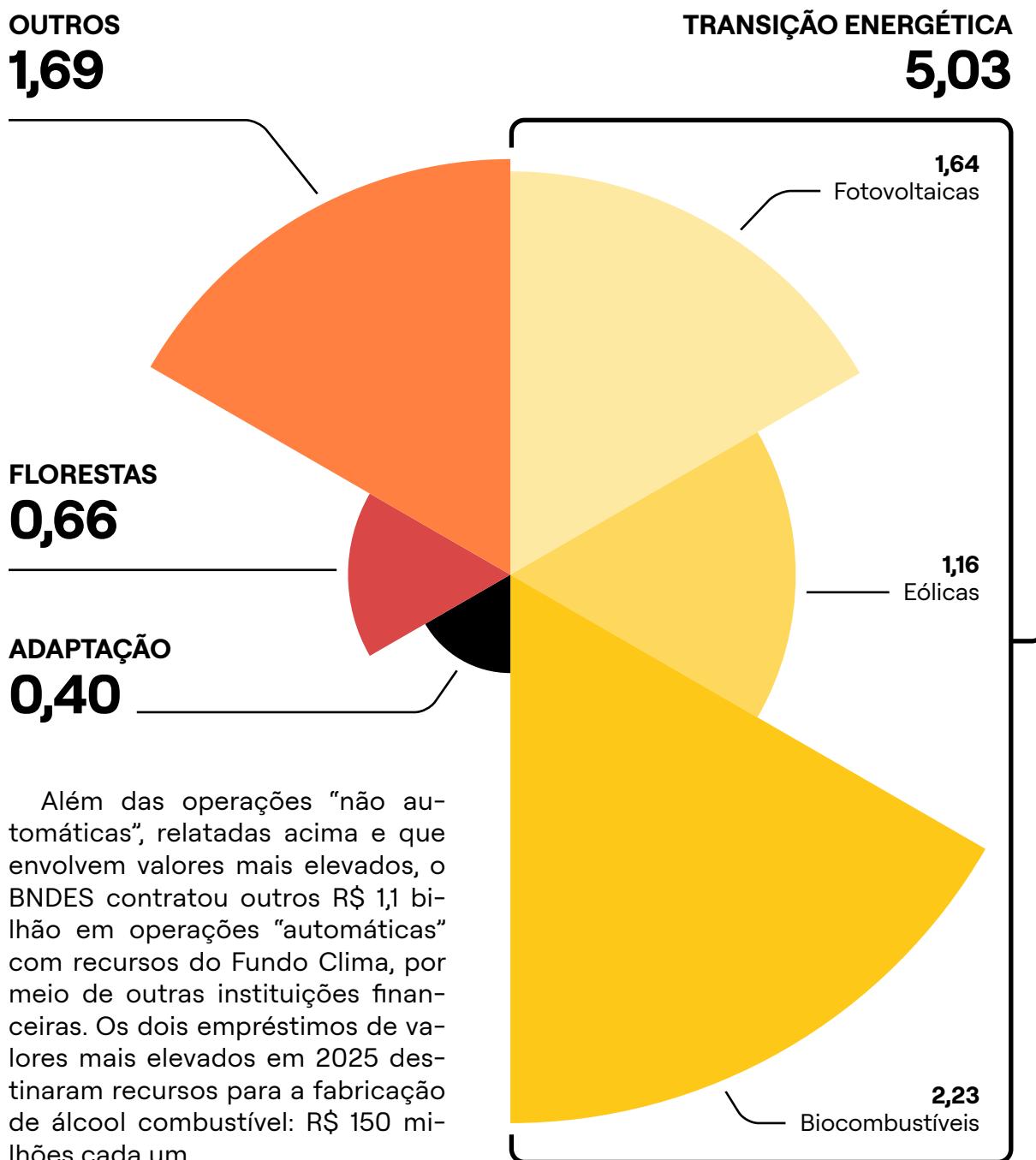
Também é possível considerar como financiamento à adaptação os investimentos em restauração ecológica e plantio de árvores. Com as menores taxas de juros entre os financiamentos do Fundo Clima (2,3% ao ano), esses contratos tanto fazem parte do esforço para aumentar a resiliência às mudanças climáticas como contribuem para reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

(1) <https://brasil.mapbiomas.org/2025/08/13/brasil-quatro-decadas-de-transformacao-na-cobertura-e-uso-da-terra-revelam-desafios-e-oportunidades/>



GRÁFICO 3. PERFIL DOS FINANCIAMENTOS DO FUNDO CLIMA EM 2025 (R\$ BILHÕES)

Contratos não automáticos no ano: R\$ 7,78 bilhões





O acesso a dados para este balanço do Fundo Clima em 2025 ocorre ao mesmo tempo em que o BNDES começa a discutir o Plano Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) de 2026, quando haverá mais um recorde de valores disponíveis para os financiamentos à mitigação das emissões de gases de efeito estufa e à adaptação às mudanças climáticas.

Só depois de aprovado o novo PAAR, provavelmente entre março e abril, é que o BNDES vai poder começar a contratar os R\$ 27 bilhões que a Lei Orçamentária Anual autorizou de gastos para a parcela do Fundo Clima destinada a empréstimos do banco. Esses R\$ 27 bilhões são parte da dotação de R\$ 42,5 bilhões previstas para o Fundo Clima em 2026.

O restante é destinado ao outro braço do Fundo Clima, o Eco Invest, mecanismo de blended finance coordenado pelo Ministério da Fazenda. Neste ano, a emissão de títulos verdes no mercado externo deixa de ser a principal fonte de recursos para o Fundo Clima. Em 2026, 73% dos

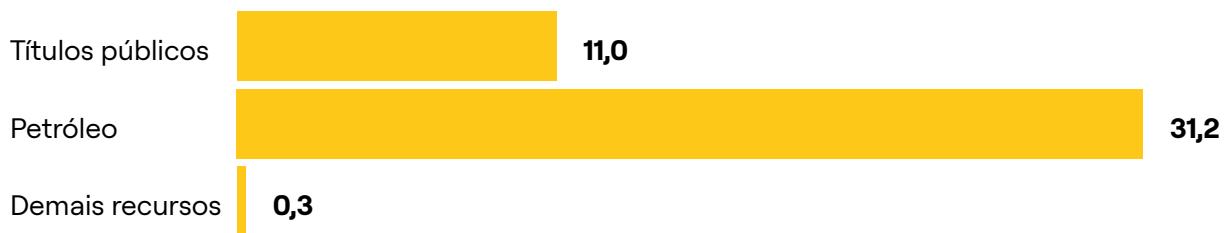
recursos do Plano Clima (R\$ 31 bilhões) vêm de arrecadação do petróleo⁽²⁾.

Em janeiro, o governo divulgou o resultado do terceiro leilão Eco Invest⁽³⁾. Seis bancos selecionados vão receber R\$ 15,2 bilhões de dinheiro público com a condição de captarem R\$ 52,8 bilhões da iniciativa privada. Os recursos serão investidos na participação em empresas nas áreas de transição energética, infraestrutura verde, bioeconomia e economia circular.

Destinado a atrair capital estrangeiro e privado para a transição para uma economia de baixo carbono, o Eco Invest teve dois leilões anteriores. No primeiro, R\$ 6,8 bilhões do Tesouro resultaram num investimento total esperado de R\$ 44,3 bilhões. No segundo leilão, destinado a recuperar pastagens degradadas, a atração de capital foi menor: R\$ 16,5 bilhões de capital público resultaram em R\$ 30,2 bilhões. Ou seja menos de um real da iniciativa privada diante de cada real colocado pelo governo.

GRÁFICO 4. A ORIGEM DOS RECURSOS DO FUNDO CLIMA (R\$ BILHÕES)

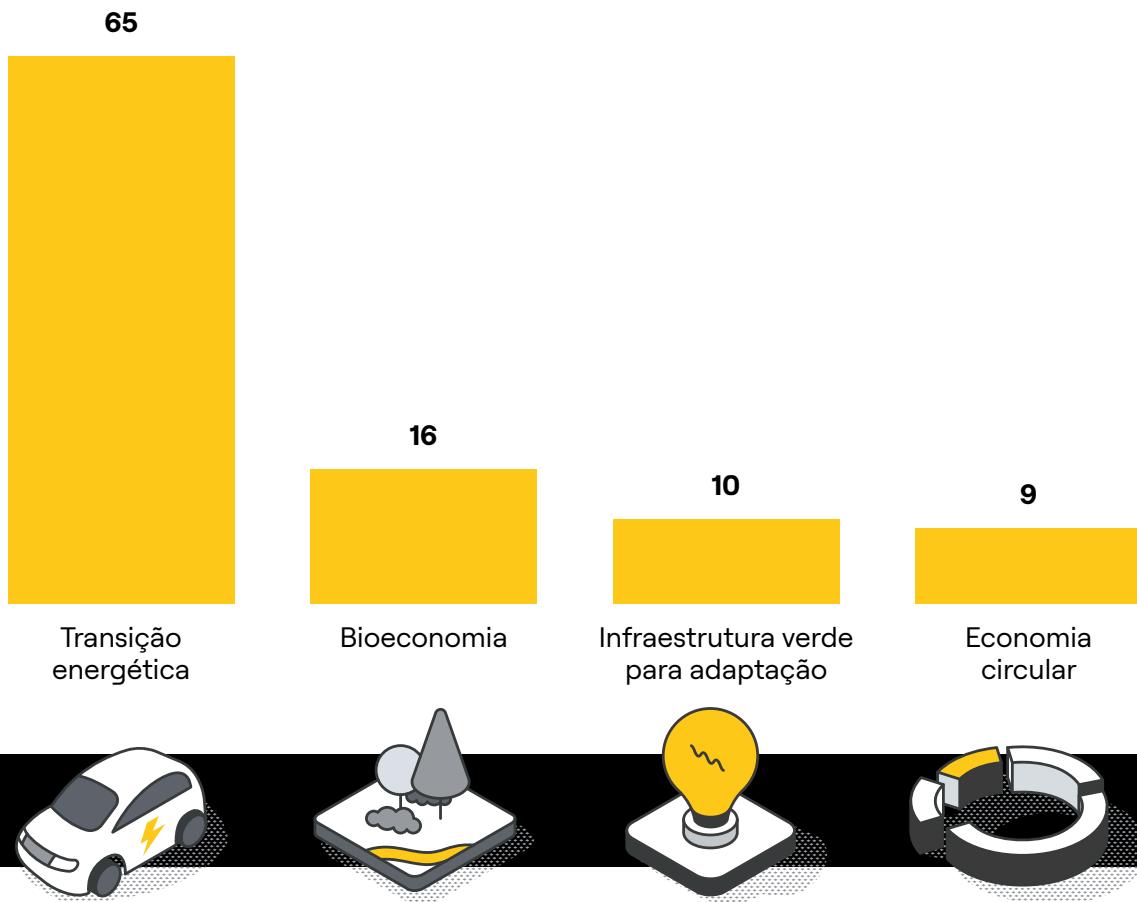
Dotação prevista para 2026: R\$ 42,5 bilhões



(2) https://institutotalanoa.org/wp-content/uploads/2026/01/00_Orcamento-Climatico-2026-20260130.pdf
(3) <https://thot-arquivos.tesouro.gov.br/publicacao-anexo/27513>



GRÁFICO 5. DESTINO DOS RECURSOS NO TERCEIRO LEILÃO ECO INVEST (%)



No terceiro leilão, o tema da transição energética foi o que mais atraiu interesse dos investidores 64,5%, com destaque para a produção de combustível sustentável para aviação, baterias e veículos elétricos e projetos de biogás e biomassa e sistemas de armazenamento.

Na sequência vieram projetos de bioeconomia, infraestrutura verde para adaptação e economia circular, como mostra o gráfico 5.

O mecanismo inovador garantirá R\$ 5,4

bilhões de investimentos em participação societária voltados à infraestrutura verde para adaptação, sendo R\$ 3,5 bilhões de bancos privados e R\$ 1,9 bilhão de bancos públicos.

O quarto leilão Ecoinvest⁽⁴⁾, com foco na Amazônia, para projetos de bioeconomia, turismo sustentável e infraestrutura, foi lançado em novembro, durante a COP 30, o resultado ainda não foi divulgado. Pelo menos mais um leilão Eco Invest é esperado para o primeiro quadrimestre de 2026.

(4) <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/fomento-ao-investimento/eco-invest-brasil/leiloes/leilao-04-2025>



Considerações finais

COM OS DADOS COMPLETOS DOS CONTRATOS CELEBRADOS DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025, É POSSÍVEL CONFIRMAR A CONCENTRAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDO CLIMA PARA FINANCIAR A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

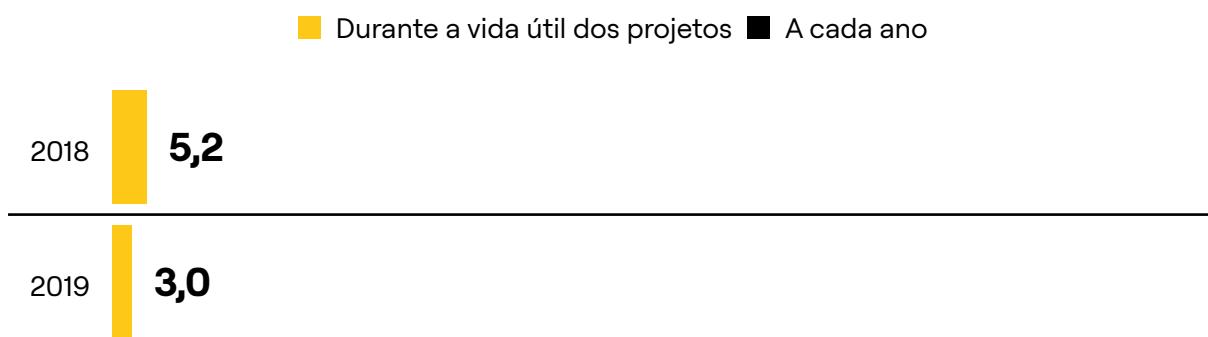
A principal mudança durante o ano foi a análise de um volume maior de projetos para financiar a adaptação às mudanças climáticas, ainda que a maioria deles não tenha sido convertida em contratos de financiamento até o final do ano e continue em análise.

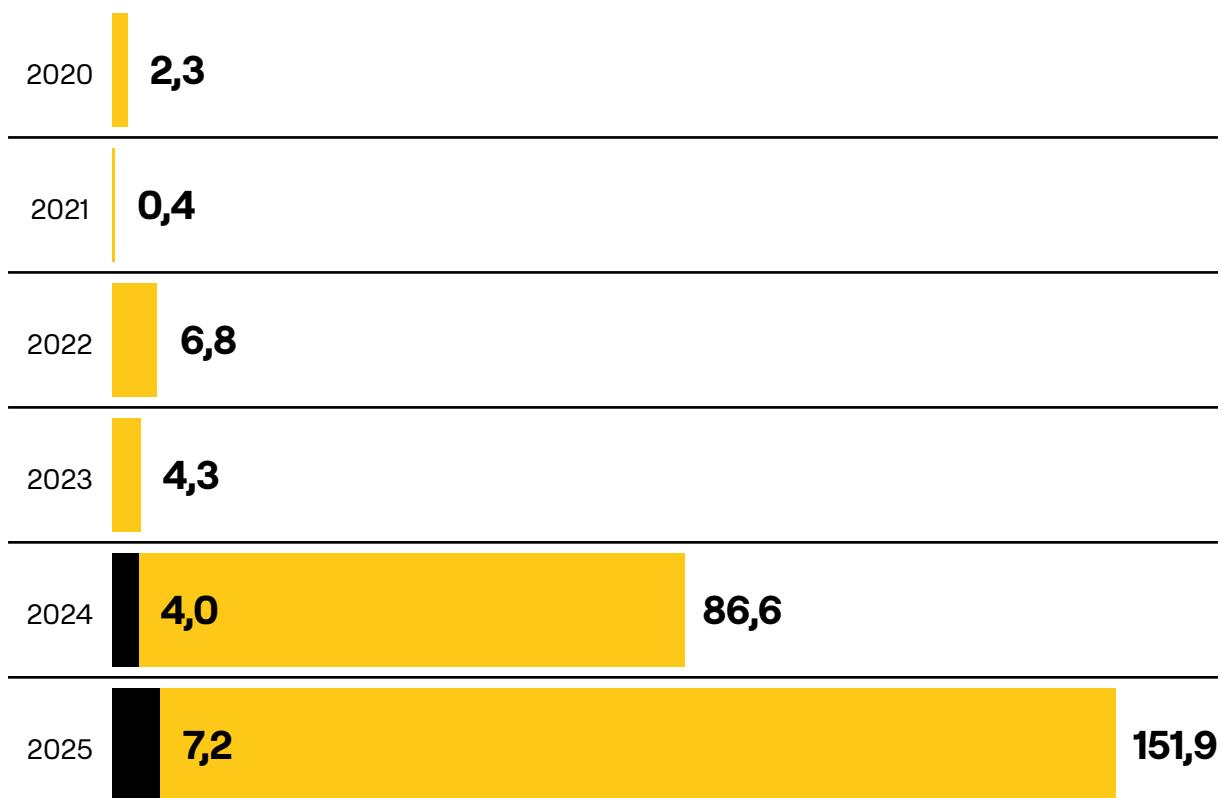
O momento de definição do novo Plano Anual de Aplicação de Recursos do Fundo Clima exige um maior alinhamento ao Plano Clima, que estabelece as principais rotas tanto para o Brasil cum-

prir as metas de redução das emissões de gases de efeito estufa como estabelece metas para aumentar a resiliência às mudanças climáticas.

Por enquanto, a contribuição do Fundo Clima em remover ou evitar emissões dos gases que provocam o aquecimento global tem se mostrado limitada. Na contabilidade do BNDES, os projetos aprovados em 2025 vão contribuir para reduzir as emissões brasileiras em 7,2 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente por ano.

GRÁFICO 6. EMISSÕES EVITADAS OU REMOVIDAS DE GEE DOS PROJETOS APROVADOS PELO FUNDO CLIMA (MILHÕES DE TONELADAS DE CO₂E)





Fonte: Painel Fundo Clima/BNDES



institucional@institutotalanoa.org



[@institutotalanoa](https://www.instagram.com/institutotalanoa)



[Instituto Talanoa](https://www.linkedin.com/company/instituto-talanoa/)